

Este informe destaca as informações chave incluídas no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento de Estado 2011 (OE), aprovado pela Assembleia da República em Dezembro de 2010.



Mensagens Chave:

- **Tendências:** No período de 2008 a 2011 a tendência da despesa alocada ao sector é de crescimento geral. Se, por outro lado, analisarmos a execução, verificamos que no período a execução final tem sido sempre menor que os valores alocados e tudo indica que em 2011 a situação será semelhante.
- **Despesas de Funcionamento vs Investimento:** Para 2011 serão alocados ao sector um total de 6,972 milhões de MT a título de Despesas de Funcionamento (em 2010 havia sido de 5,755 milhões de MT) e um total de 2,347 milhões de MT a título de Despesas de Investimento (em 2010 havia sido de 2,602 milhões de MT). A que se devem estas variações nas componentes de despesa e porque será que a despesa de investimento reduziu de um ano para o outro?
- **Equidade:** Este ano verificou-se uma descentralização acentuada dos recursos entre os níveis provincial e distrital, isto é, a estrutura do orçamento mudou consideravelmente para 2011 sendo a despesa de funcionamento registada directamente no nível onde vai ser incurso. O desafio passa a ser a análise da despesa ao nível distrital pois a este nível os serviços distritais estão agrupados incluindo mais do que um sector, tornando-se assim difícil entender em que serviço distrital são contabilizadas as despesas deste sector ou dos seus subsectores.
- **Programas:** O PES tem como base uma matriz onde os programas para diferentes áreas são detalhados e os programas neles incluídos correspondem aos programas especificados no OE, permitindo-nos saber o seu custo (pelo menos para os programas que estão simultaneamente reflectidos no PES e OE).

DEFINIÇÃO DE SECTOR

O sector de Justiça ou Boa Governação, conforme definido no PARPA, é um sector composto por vários subsectores,

nomeadamente: Segurança e Ordem Pública, Administração Pública e Sistema Judicial, conforme visualizado na tabela abaixo.

Boa governação

Segurança e Ordem Pública	Administração Pública	Justiça
<ul style="list-style-type: none"> ■ Ministério do Interior ■ Serviços Sociais da Policia de Moçambique 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Tribunal Administrativo ■ Ministério da Função Pública ■ Instituto Superior de Administração Pública ■ Ministério da Administração Estatal ■ Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (e respectivas Delegações Provinciais) ■ Secretarias Provinciais??? 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Conselho Constitucional ■ Tribunal Supremo ■ Tribunais Superiores de Recurso ■ Tribunais Provinciais ■ Tribunais Judiciais de Menores ■ Conselho Superior de Magistratura Judicial ■ Gabinete do Provedor de Justiça ■ Procuradoria-Geral da República (central e provincial) ■ Gabinete Central de Combate à Corrupção (e respectivas delegações provinciais) ■ Ministério da Justiça (e respectivas Direcções Provinciais) ■ Cadeias (Central e Provinciais) ■ Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica ■ Centro de Formação Jurídica e Judiciária

Este sector é muito amplo e complexo cuja composição definida é consistente com aquela utilizada no PARPA e no diálogo entre o Governo e os Parceiros do Apoio Programático que providenciam apoio directo ao orçamento em Moçambique. É a definição reflectida também no reporte de execução da despesa constante dos Relatórios de Execução Orçamental emitidos trimestralmente pelo Ministério das Finanças.

TENDÊNCIAS

O envelope de recursos total disponível ao Sector de Boa Governação em 2011 é de 9,319 milhões de MT (quando em 2010 foi de 8,357 milhões de MT). Este total será repartido pelos subsectores, conforme visto na figura ao lado.

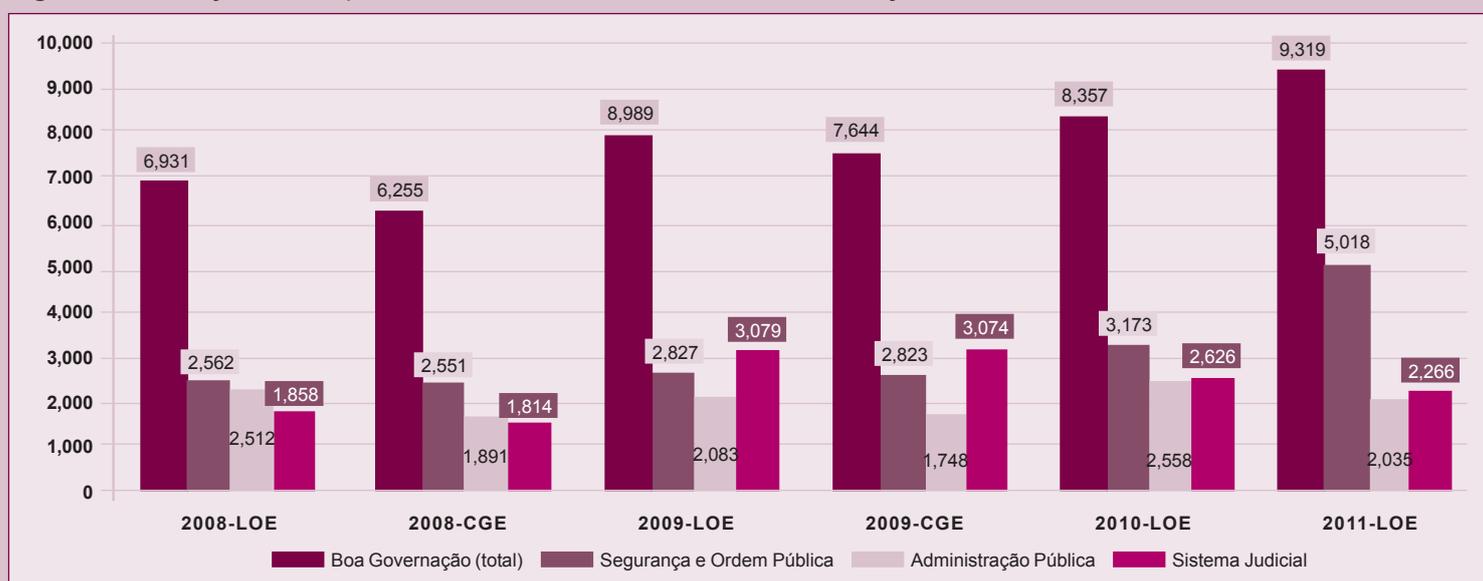
No período de 2008 a 2011, a tendência da despesa alocada ao sector é de crescimento geral até 2010 com uma redução entre 2010 e 2011, uma variação na casa dos 12 por cento

calculados com base nos valores nominais (em termos absolutos, há comportamentos mistos entre os subsectores). Se, por outro lado analisarmos a execução, verificamos que no período final tem sido sempre menor que os valores alocados e tudo indica que em 2010 a situação será semelhante.

Figura 1 – Evolução da Despesa Alocada e Executada no Sector de Justiça 2008 a 2011

Sector de Boa Governação e respectivos subsectores	2008 LOE	2008 CGE	2009 LOE	2009 CGE	2010 LOE	2011 LOE
Boa Governação (total)	6,931	6,255	7,989	7,644	8,357	9,319
Segurança e Ordem Pública	2,562	2,551	2,827	2,823	3,173	5,018
Administração Pública	2,512	1,891	2,083	1,748	2,558	2,035
Sistema Judicial	1,858	1,814	3,079	3,074	2,626	2,266

Figura 2 – Evolução da Despesa Alocada e Executada no Sector de Justiça 2008 a 2011



Fonte: CGE 2008; LOE 2009, 2010 e 2011; REO IV 2009

O subsector de Segurança e Ordem Pública foi o mais privilegiado, com um crescimento significativo entre 2010 e 2011: de 3,173 milhões de MT para 5,018 milhões de MT (ou 58 por cento). Qual será a justificativa deste aumento? Será a intenção do Governo construir e reabilitar prisões a fim de reduzir a super lotação e assegurar espaços demarcados para os prisioneiros com base no sexo, idade e tipos de crimes cometidos? O Serviço Nacional de Prisões (SNAPRI) relata que não há nenhum centro para crianças em conflito com a lei actualmente operacional. Estima-se que cerca de 35 % da população em prisões tem 16 a 21 anos.

Por outro lado, os subsectores de Administração Pública e Sistema Judicial apresentam uma tendência de crescimento entre os anos de 2008 a 2010, mas entre 2010 e 2011, verifica-se uma redução das alocações. Será que esta redução está relacionada com a execução sempre abaixo do valor orçamentado que estes sectores têm reportado? Ou representarão uma mudança de prioridades de investimento por parte do Governo?

COMPOSIÇÃO DA DESPESA

Para 2011 serão alocados ao sector um total de 6,972 milhões de MT a título de Despesas de Funcionamento (em

2010 havia sido de 5,755 milhões de MT) e um total de 2,347 milhões de MT a título de Despesas de Investimento (em 2010 havia sido de 2,602 milhões de MT). A que se deve este aumento da Despesa de Funcionamento?

Figura 3 – Composição da Despesa 2010 e 2011



Fonte: LOE 2010 e 2011

DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

Verifica-se para 2011 uma descentralização acentuada dos recursos entre os níveis provincial e distrital, isto é, a estrutura do orçamento mudou consideravelmente para 2011 sendo a despesa de funcionamento registada directamente no nível onde vai ser incluída. Esta é uma boa tendência e deve ser incentivada, não só para a despesa de funcionamento mas igualmente para a despesa de investimento.

Permanecem assim desafios na leitura do orçamento na óptica sectorial e geográfica, sendo o principal desafio a análise da despesa ao nível distrital, pois a este nível os serviços distritais estão agrupados. Assim no distrito não está claro em que serviço distrital são alocados os fundos do sector de Boa Governança, sendo extremamente difícil identificar em termos de volume de recursos a parte específica que pertence a cada sector.

Considerando este aspecto, uma análise da distribuição dos recursos entre o nível central e provincial pode ser bastante imperfeita. No entanto, tal análise seria benéfica para compreender até que ponto a alocação dos recursos por províncias é equitativa e conducente à redução das disparidades existentes nos indicadores de boa governança. É importante que da mesma forma que a despesa ao nível

central e provincial é possível de ser organizada em sectores específicos o mesmo seja possível ao nível distrital. Esta situação também reforça a discussão à volta da necessidade de existir ou não um classificador sectorial (não apenas sector prioritário) para que se possa analisar melhor a abrangência e cobertura do orçamento.

PROGRAMAS DO SECTOR

O PES 2011, ao contrário das versões de anos anteriores, foi desenhado de acordo com o Programa Quinquenal de Governo (PQG 2010-2014) e não de acordo com os pilares estratégicos do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA).

O PES tem como base uma matriz onde os programas para diferentes áreas são detalhados e os programas neles incluídos correspondem aos programas detalhados na Proposta de OE, permitindo-nos saber o seu custo (pelo menos para os programas que estão simultaneamente reflectidos na Proposta de PES e OE). Outra particularidade com a proposta de PES 2011 é a ênfase que coloca nos Objectivos do Milénio, apresentando as estatísticas descritivas da situação actual.

Para o Sector estão previstos a implementação dos seguintes programas principais:

Programa conforme Proposta do PES	Custo do Programa conforme Proposta do OE
1 Acesso à Justiça: que consiste no garante ao acesso à Justiça através da consolidação e alargamento dos serviços de assistência, prevenção e combate à criminalidade entre outros.	
2 Apoio Institucional e Administrativo: que consiste na melhoria das infra-estruturas e respectivo apetrechamento entre outros.	687,467.58 MT (10^{^3}) – Nível Central
3 Reforma do Sistema Prisional: que consiste na reforma do sistema prisional entre outros.	2,439.42 MT (10^{^3}) – Nível Provincial
4 Prevenção e Combate à Criminalidade: que consiste no desenvolvimento de acções de combate com particular ênfase na corrupção, entre outros.	
5 Eficácia da Justiça: que consiste no reforço da legalidade e da prevenção, entre outros.	1,028,191.25 MT (10^{^3}) – Nível Central
6 Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública	6,468.83 MT (10^{^3}) – Nível Provincial

A informação contida neste informe foi retirada dos Cenários Fiscais de Médio Prazo emitidos anualmente desde 2007 e a Proposta de OE para 2011 submetida pelo Governo de Moçambique à Assembleia da República em 30 de Setembro e por esta em análise para apreciação em sessão plenária em Dezembro 2010. Foram analisados a Proposta de PES, o Documento de Fundamentação, a Proposta de Lei Orçamental e os Mapas Anexos à Lei.

Uma iniciativa da Parceria:



Av. 25 de Setembro - Edifício Times Square
Bloco 2, nr. 12504 • Maputo, Moçambique
Tel. +258 21 355300
Website: www.fdc.org.mz



Av. do Zimbabwe, nr. 1440
Maputo, Moçambique
Tel. +258 21 481100
Website: www.unicef.org/mozambique

Com o apoio de:

 FORUM
DE MONITORIA
DO ORÇAMENTO

